



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

**EDITAL Nº 5/2017, DE 28 DE ABRIL DE 2017**

**1º PROCESSO SELETIVO PÚBLICO UNIFICADO DE 2017 PARA FORMAÇÃO DE  
CADASTRO RESERVA DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR DE CURSO NA ÁREA  
JURÍDICA.**

A Procuradoria da República no Estado do Paraná torna públicos a prova e o gabarito do processo seletivo unificado para estagiários da área jurídica, realizado em 27 de abril de 2017.

Curitiba, 28 de abril de 2017.

Paula Cristina Conti Thá  
Procuradora-Chefe



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

**1º Processo Seletivo Público de 2017 para formação de cadastro reserva de  
estagiários de nível superior do curso de  
Direito**

**CADERNO DE PROVA**  
**Questões Objetivas e Dissertativas**

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:**

1. Conferir se o Caderno de Prova contém 13 páginas, contando com a capa e com as folhas de rascunho, e 03 (três) Folhas de Respostas.
2. Ler as questões objetivas com atenção e marcar um, e somente um, dos campos da Folha de Resposta. Marcações incorretas acarretarão na anulação da questão.
3. A prova deverá ser respondida com caneta de tinta azul ou preta.
4. Durante a realização da prova, não será permitido comunicação e troca/empréstimo de materiais entre os candidatos sem autorização do fiscal de sala.
5. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluído nesse tempo o preenchimento das folhas de resposta.
6. O candidato não poderá retirar-se da sala em que estiver realizando a prova antes de decorrido 30 (trinta) minutos do respectivo início;
7. Deverão permanecer na sala, até a entrega da última prova, pelo menos 3 (três) candidatos;
8. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o caderno de prova e as folhas de respostas e deixe o local.



|   |  |    |  |    |  |    |  |    |  |    |  |    |  |    |  |
|---|--|----|--|----|--|----|--|----|--|----|--|----|--|----|--|
| 1 |  | 6  |  | 11 |  | 16 |  | 21 |  | 26 |  | 31 |  | 36 |  |
| 2 |  | 7  |  | 12 |  | 17 |  | 22 |  | 27 |  | 32 |  | 37 |  |
| 3 |  | 8  |  | 13 |  | 18 |  | 23 |  | 28 |  | 33 |  | 38 |  |
| 4 |  | 9  |  | 14 |  | 19 |  | 24 |  | 29 |  | 34 |  | 39 |  |
| 5 |  | 10 |  | 15 |  | 20 |  | 25 |  | 30 |  | 35 |  | 40 |  |



## GRUPO 1 - DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

### 1. Assinale a alternativa correta:

- a) A Constituição Federal dispensa a necessidade de manifestação do Procurador-Geral da República (PGR) nas ações diretas de inconstitucionalidade;
- b) O Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar as ações de controle abstrato de constitucionalidade, não está vinculado aos fundamentos jurídicos invocados pelo autor;
- c) A arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), decorrente da Constituição, será apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ);
- d) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo STF, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, apenas na esfera federal.

### 2. NÃO são funções institucionais do Ministério Público previstas na Constituição Federal:

- a) Promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;
- b) Promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
- c) Exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar;
- d) Representar a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

### 3. É correto afirmar que:

- a) O Procurador-Geral da República possui prerrogativa de iniciativa dos projetos legislativos que versem sobre a organização e as atribuições do Ministério Público Federal, do qual é chefe;
- b) O rol de atribuições conferidas ao Ministério Público pelo art. 129 da CF constitui uma relação *numerus clausus*;

c) A escolha do PGR independe da aprovação do Senado;

d) A Constituição Federal não garante ao Ministério Público a prerrogativa de elaborar sua proposta orçamentária, haja vista que a proposta orçamentária da instituição é de iniciativa do Poder Executivo.

### 4. Aponte a assertiva **INCORRETA**, de acordo com o STF:

a) O princípio fundamental da separação de poderes, enquanto cânone constitucional interpretativo, reclama a pluralização dos intérpretes da Constituição, mediante a atuação coordenada entre os poderes estatais – Legislativo, Executivo e Judiciário – e os diversos segmentos da sociedade civil organizada, em um processo contínuo, ininterrupto e republicano, em que cada um destes *players* contribua, com suas capacidades específicas, no embate dialógico, no afã de avançar os rumos da empreitada constitucional e no aperfeiçoamento das instituições democráticas, sem se arvorarem como intérpretes únicos e exclusivos da Carta da República;

b) O atual marco teórico dos diálogos constitucionais repudia a adoção de concepções juriscêntricas no campo da hermenêutica constitucional, na medida em que preconiza, descritiva e normativamente, a inexistência de instituição detentora do monopólio do sentido e do alcance das disposições da Constituição, além de atrair a compreensão constitucional para outros fóruns de discussão, que não as Cortes;

c) O desenho institucional erigido pelo constituinte de 1988 outorgou à Suprema Corte a tarefa da guarda precípua da Lei Fundamental, erigindo um sistema de supremacia judicial não só formal, mas também em sentido material (ou definitiva), de maneira que seus pronunciamentos judiciais devem ser compreendidos como última palavra, vinculando materialmente as partes do processo e a própria Corte em novos pronunciamentos;

d) O STF deve proceder como catalisador deliberativo, promovendo a interação e o diálogo institucional, de modo a maximizar a qualidade democrática na obtenção dos melhores resultados em termos de construção do significado constitucional.

### 5. De acordo com o art. 5º, § 3º, da Constituição Federal, “os tratados e

**convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais". Sobre esse tema, assinale a alternativa correta:**

a) De acordo com a teoria do duplo estatuto dos tratados de direitos humanos, adotada pelo STF, os tratados aprovados pelo rito do art. 5º, § 3º, da Constituição Federal (CF), introduzido pela Emenda Constitucional (EC) nº 45/2004, possuem natureza constitucional; os demais possuem natureza suprallegal;

b) O rito especial do art. 5º, § 3º, da CF é obrigatório, não havendo, atualmente, possibilidade de aprovação de tratado internacional de direitos humanos pelo rito simples;

c) Em decorrência do art. 5º, § 3º, os tratados de direitos humanos aprovados de acordo com o rito especial são promulgados por meio de emenda constitucional;

d) Ainda não há tratado de direitos humanos aprovado pelo rito especial do art. 5º, § 3º, da CF.

#### **6. É correto afirmar que:**

a) O poder constituinte estadual é originário;

b) O Presidente da República não possui prerrogativa de apresentar proposta de emenda à Constituição, que é restrita aos membros do Poder Legislativo;

c) O art. 60, § 4º, da CF, que arrola os limites materiais ao poder de reforma, veda ao poder constituinte derivado o aprimoramento do desenho institucional de entes com sede na Constituição;

d) A proposta de emenda à Constituição será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

#### **7. Marque a assertiva correta:**

a) O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), apesar de ser composto em sua maioria por integrantes do Poder Judiciário, não é órgão deste poder;

b) A criação de Juizados Especiais no âmbito da Justiça Federal não possui previsão constitucional,

ao contrário do que ocorre com a criação dos Juizados Especiais no âmbito da Justiça Estadual;

c) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal;

d) A regra do "quinto constitucional" não se aplica para os Tribunais Regionais Federais.

#### **8. É INCORRETO afirmar que:**

a) O STF entendeu ser constitucional o art. 6º da Lei Complementar nº 105/2001, que autoriza o Fisco a requisitar, sem autorização judicial, informações bancárias de instituições financeiras, por considerar, dentre outros motivos, que não há propriamente quebra de sigilo bancário, mas somente a transferência de sigilo dos bancos ao Fisco;

b) O STF considerou inconstitucionais dispositivos da Lei nº 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que determinam que as escolas privadas ofereçam atendimento adequado e inclusivo às pessoas com deficiência sem que possam cobrar valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas para cumprimento dessa obrigação, por violação ao princípio da razoabilidade;

c) O STF deu interpretação conforme a Constituição aos arts. 20 e 21 do Código Civil, sem redução de texto, para, em consonância com os direitos fundamentais à liberdade de pensamento e de sua expressão, de criação artística e de produção científica, declarar inexigível autorização de pessoa biografada relativamente a obras biográficas literárias ou audiovisuais, sendo também desnecessária autorização de pessoas retratadas como coadjuvantes (ou de seus familiares, em caso de pessoas falecidas ou ausentes);

d) O STF fixou o entendimento de que a entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas "a posteriori", que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e

penal do agente ou da autoridade, e de nulidade dos atos praticados.

**9. Assinale a alternativa correta, de acordo com o entendimento do STF:**

a) O art. 37, § 6º, da Constituição Federal, que cuida do tema da responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado prestadoras de serviços públicos, não obriga o Estado a ressarcir os danos causados aos detentos em decorrência da falta ou insuficiência das condições legais de encarceramento;

b) Em caso de inobservância do seu dever específico de proteção previsto no art. 5º, XLIX, da CF, que assegura aos presos o respeito à integridade física e moral, o Estado é responsável pela morte de detento;

c) A responsabilidade civil estatal, segundo a Constituição Federal, em seu art. 37, § 6º, subsume-se à teoria do risco administrativo apenas para as condutas estatais omissivas;

d) O Estado não responde juridicamente pela prática de atos lícitos.

**10. NÃO é correto afirmar que:**

a) A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa depende da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público;

b) A ação principal de improbidade administrativa, que terá o rito ordinário, poderá ser proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada;

c) O Ministério Público, se não intervir no processo regulado pela Lei de Improbidade Administrativa como parte, atuará, obrigatoriamente, como fiscal da lei, sob pena de nulidade;

d) As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa podem ser propostas até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

**11. Marque a assertiva correta:**

a) Todo ato de improbidade administrativa é necessariamente doloso;

b) É possível o reconhecimento de prática de atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública mediante ação apenas culposa;

c) Deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação é hipótese expressa de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública;

d) O rol dos artigos 9º, 10 e 11 da Lei de Improbidade Administrativa, que preveem os atos de improbidade administrativa, é taxativo.

**12. Assinale a alternativa INCORRETA:**

a) Para a doutrina contemporânea, não é mais correto se falar de uma dicotomia entre atos vinculados e atos discricionários, mas numa teoria de graus de vinculação à juridicidade;

b) O poder hierárquico não autoriza, em regra, a assunção por órgão superior de atribuição legalmente conferida a órgão inferior, de forma que a avocação é medida de caráter excepcional, admitida apenas temporariamente e por motivos relevantes devidamente justificados;

c) Os órgãos da administração pública voltados à defesa do consumidor, como os PROCONs, não possuem poder de polícia para aplicar multas relacionadas às transgressões da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor);

d) As sanções disciplinares previstas nas diversas leis reguladoras das carreiras públicas são independentes em relação às penalidades previstas na Lei de Improbidade Administrativa, não havendo necessidade de se aguardar o trânsito em julgado da ação de improbidade administrativa para aplicação das penas de demissão ou de cassação de aposentadoria.

**GRUPO 2 - DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL**

**13. Marque a correta:**

a) de acordo com o art. 96 do Código Penal, as medidas de segurança são: I - Internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico ou, à falta, em outro estabelecimento adequado; II - sujeição a tratamento ambulatorial;

b) segundo o Código Penal, para fins de internação em hospital psiquiátrico, é indiferente

se o fato criminoso que ensejou a medida de segurança seja punido com detenção ou reclusão;

c) é possível aplicação de medida de segurança, mesmo que extinta a punibilidade, desde que presente a periculosidade do agente;

d) a aplicação de medida de segurança pressupõe a periculosidade do agente e, de acordo com entendimento sumulado pelo STJ, pode perdurar enquanto não cessada a periculosidade, não se aplicando limitação temporal.

#### **14. São causas extintivas de punibilidade não previstas no Código Penal:**

a) a morte do agente anistia, graça ou indulto, *abolitio criminis*;

b) prescrição, decadência ou perempção;

c) renúncia do direito de queixa, o perdão aceito, nos crimes de ação privada e retratação do agente, nos casos em que a lei a admite;

d) pagamento do tributo nos crimes tributários e o pagamento do cheque sem fundos antes do recebimento da denúncia.

#### **15. Marque a ERRADA:**

a) o juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, as penas aplicáveis dentre as cominadas pelo legislador;

b) o condenado a pena superior a 8 (oito) anos de reclusão deverá começar a cumpri-la em regime fechado;

c) de acordo com súmula do STJ, a existência de inquéritos policiais ou ações penais em curso pode ser considerados para fins de maus antecedentes;

d) o condenado não reincidente, cuja pena de reclusão seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito), poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime semi-aberto.

#### **16. De acordo com o Código Penal, é isento de pena o agente que:**

a) por embriaguez, completa, decorrente de força maior, era ao tempo da ação ou omissão totalmente incapaz de entender o caráter ilícito do fato;

b) por embriaguez, completa, decorrente de força maior, era ao tempo da ação ou omissão, total ou parcialmente incapaz de entender o caráter ilícito do fato, tratando-se de atenuante;

c) por embriaguez completa culposa era ao tempo da ação ou omissão incapaz de entender o caráter ilícito do fato;

d) por embriaguez completa culposa era ao tempo da ação ou omissão total ou parcialmente incapaz de entender o caráter ilícito do fato.

#### **17. Assinale a alternativa INCORRETA:**

a) considera-se instituição financeira, para efeito da lei 7.492/86 (lei de crimes contra o sistema financeiro nacional), a pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha como atividade principal ou acessória, cumulativamente ou não, a captação, intermediação ou aplicação de recursos financeiros de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, ou a custódia, emissão, distribuição, negociação, intermediação ou administração de valores mobiliários;

b) a pessoa natural não pode ser equiparada a instituição financeira para fins penais;

c) a pessoa natural que exerça atividade própria de instituição financeira pode ser equiparada a instituição financeira para fins penais;

d) ao contrário da gestão fraudulenta, na gestão temerária o agente atua abertamente, sem a prudência devida, ou com demasiada confiança, assumindo riscos audaciosos. A concessão de empréstimos sem as garantias necessárias e em desacordo com as normas administrativas constitui, em tese, nos casos em que não há artil nem qualquer expediente fraudulento, gestão temerária.

#### **18. Marque a INCORRETA:**

a) punibilidade é o direito que tem o Estado de aplicar a pena cominada no preceito secundário da norma penal incriminadora, contra quem praticou a conduta descrita no preceito primário, causando dano ou lesão jurídica;

b) a exemplo da anistia, a graça é uma espécie de ato legislativo federal, devidamente sancionada pelo executivo, por intermédio da qual o Estado, em razão de clemência, política, social, etc, esquece um fato criminoso, apagando seus efeitos penais;

c) atualmente, o Congresso Nacional discute a possibilidade de uma anistia ao Caixa 2. Anistia é

uma espécie de ato legislativo federal, devidamente sancionada pelo executivo, por intermédio da qual o Estado, em razão de clemência, política, social, etc, esquece um fato criminoso, apagando seus efeitos penais;

d) Segundo a teoria tripartite do fato punível, a punibilidade não é requisito do crime, mas sim sua consequência jurídica.

#### **19. Segundo o decidido pelo STF no julgamento do Mensalão:**

a) é necessária a prova do ato de ofício vendido pelo agente público para condenação por corrupção passiva, sob pena de absolvição;

b) não é necessária prova do ato de ofício dado em troca da vantagem indevida para condenação por corrupção passiva, tendo em conta que o art. 317 do Código Penal só exige o mero recebimento de vantagem indevida para caracterizar o crime. O ato de ofício, caso provado, caracteriza-se como qualificadora;

c) é necessária a prova do ato de ofício vendido pelo agente público para condenação por corrupção passiva, sendo que uma vez provado não caracteriza majorante do crime de corrupção passiva ;

d) não é necessária prova do ato de ofício dado em troca da vantagem indevida para condenação por corrupção passiva, tendo em conta que o art. 317 do Código Penal só exige o mero recebimento de vantagem indevida para caracterizar o crime. O ato de ofício, caso provado, caracteriza-se como majorante.

#### **20. Marque a correta:**

a) nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não pela lei dos Juizados Especiais Criminais, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena;

b) composição civil dos danos ocorre quando, tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada de menor potencial ofensivo, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público propõe a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, a ser especificada na proposta;

c) caso a transação penal seja descumprida, não existe a possibilidade de o Ministério Público propor a denúncia porque, uma vez homologada judicialmente, a transação penal faz coisa julgada

material, conforme entendimento sumulado do STJ;

d) Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo de composição civil dos danos homologado no Juizado Especial Criminal não acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.

#### **21. Os processos de crimes de lavagem de dinheiro:**

a) são sempre da competência da Justiça Federal por ofenderem o Sistema Financeiro Nacional e a ordem tributária federal;

b) necessitam ser instruídos obrigatoriamente com a denúncia ou sentença condenatória do crime antecedente;

c) independem do processo e julgamento das infrações penais antecedentes, ainda que praticados em outro país, cabendo ao juiz competente para os crimes de lavagem de dinheiro a decisão sobre a unidade de processo e julgamento;

d) serão processados e julgados no lugar de consumação do crime (teoria do resultado), independentemente da existência da vara especializada no Estado.

#### **22. Em relação às provas obtidas no inquérito policial, assinale a INCORRETA, nos termos do Código de Processo Penal vigente:**

a) em regra, é vedado ao juiz fundamentar decretos condenatórios exclusivamente com base em elementos informativos colhidos no inquérito policial não corroborados em juízo;

b) é possível fundamentar condenações com base em provas no inquérito policial, desde que haja corroboração em prova judiciais;

c) o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas. Assim, é possível fundamentar condenações exclusivamente em provas produzidas no inquérito policial, desde que estas sejam cautelares, irrepetíveis ou antecipadas;

d) é vedado ao juiz fundamentar decretos condenatórios com base em elementos informativos colhidos no inquérito policial, mesmo que corroborados por outras evidências

produzidas em juízo sob o crivo do contraditório, sob pena de nulidade.

**23. Marque a INCORRETA:**

a) o princípio da insignificância é aplicado aos crimes tributários;

b) não se tipifica crime material contra a ordem tributária antes do lançamento definitivo do tributo;

c) o Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento no sentido de que o crime de descaminho é de natureza material e se aperfeiçoa após o esgotamento da esfera administrativa com o lançamento do débito fiscal como condição para a persecução penal;

d) de acordo com precedente do TRF da 4ª Região, nos crimes tributários materiais em que há exigência da constituição definitiva do crédito tributário para denúncia, a consumação do crime ocorre na data do trânsito em julgado da esfera administrativa, momento em que prazo prescricional começa a ser contado.

**24. Marque a INCORRETA:**

a) o juiz, ao proferir sentença condenatória fixará valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido;

b) nos termos da lei 12.403/2011, que alterou o Código de Processo Penal, o descumprimento de medidas cautelares alternativas à prisão não autoriza a conversão em prisão preventiva;

c) a sentença de extinção de punibilidade proferida com base em atestado de óbito falso apresentado pela defesa é considerada inexistente, razão pela qual é possível processar o réu novamente;

d) de acordo com entendimento fixado pelo STF, no HC nº 126292, julgado em fevereiro de 2016, a execução provisória da pena criminal não viola o princípio de presunção da não culpa.

**25. Sobre prisão, marque a alternativa correta:**

a) a prática de modo sistemático, habitual e profissional em crimes praticados contra a Administração Pública Federal, que indicam verdadeiro *modus operandi* de realização de negócios com a Administração Pública, gerando grande prejuízo aos cofres públicos, justifica a segregação cautelar para garantia da ordem pública;

b) a prisão temporária pode ser decretada pelo prazo de cinco dias renováveis, desde que seja imprescindível para a investigação de qualquer crime

punido com pena de reclusão;

c) a prisão temporária pode ser decretada pelo prazo de quinze dias renováveis, desde que seja imprescindível para a investigação de qualquer crime punido com pena de reclusão;

d) segundo o art. 311 do CPP, em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, caso já esteja em curso a ação penal, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial. A possibilidade legal de decretação de prisão preventiva pelo juiz de ofício fere o princípio acusatório e em razão disso teve sua inconstitucionalidade declarada pelo STF.

**26. Marque a incorreta:**

a) a ação penal pública se divide em duas espécies básicas: a condicionada e a incondicionada;

b) na ação penal privada a legitimidade para propositura é do próprio particular ofendido, denominado de querelante;

c) o prazo para a representação da vítima na ação penal pública condicionada à representação é de seis meses, a partir do momento em que se toma conhecimento da autoria do fato;

d) a ação penal privada subsidiária da pública acontece nos casos em que a vítima propõe a queixa-crime pelo fato de o Ministério Público ter promovido o arquivamento dos autos do inquérito policial em investigação de crime de ação penal pública condicionada.

**27. Assinale a correta:**

a) para fins de condenação criminal, a prova material tem valor mais relevante que a prova indiciária;

b) à luz do princípio da livre persuasão racional, não há hierarquia entre as provas, podendo a prova indiciária fundamentar condenações criminais;

c) a prova indiciária não pode ser utilizada em crimes de difícil comprovação como a lavagem de dinheiro, que demandam prova direta;

d) De acordo com o ordenamento jurídico vigente, a prova por indícios e os indícios de prova podem ser considerados sinônimos.

**28. Marque a correta quanto a competência:**

a) segundo entendimento do STJ na Operação Lava Jato, "a competência *ratione loci* é relativa e prorrogável. Não tendo a defesa alegado o vício no momento oportuno, nem oposto exceção de incompetência, ocorre a preclusão da matéria, fixando-se a competência no juízo perante [o local] em que tramita a ação penal";

b) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo juiz prevento;

c) caso um deputado federal cometa um crime de homicídio doloso, será processado e julgado perante o Tribunal do Juri, que prevalece sobre o foro privilegiado, por se tratar de competência constitucional;

d) caso um deputado estadual cometa um crime de lavagem de dinheiro transnacional, será processado e julgado perante o Tribunal de Justiça estadual, no Estado em que exerce o mandato.

### **GRUPO 3 - DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL**

#### **29. Assinale a alternativa correta:**

a) Em 2010 a antiga Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro passou a se chamar Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Com a alteração, suas disposições passaram a se aplicar ao Código Penal e ao Código de Processo Penal, o que não ocorria antes de 2010;

b) Ao estrangeiro não é dado descumprir a lei no Brasil, alegando que a desconhece;

c) A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro impõe ao juiz que sempre decida a causa que lhe é apresentada, dever que apenas é excepcionado quando a lei for omissa, situação em que deverá ocorrer a suspensão do processo por até dois anos;

d) As alternativas "a" e "c" estão corretas.

#### **30. Assinale a alternativa correta:**

a) A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro não admite a repristinação. Assim, uma vez revogada, a lei nunca voltará a surtir efeitos, salvo quando existente direito adquirido;

b) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal está consolidada quanto à inexistência de direito adquirido a regime jurídico, apenas havendo direito adquirido quando todos os seus requisitos forem cumpridos durante a vigência da lei que o prevê;

c) Nos estados estrangeiros, quando cabível, a lei brasileira apenas passa a ser obrigatória três meses depois de oficialmente traduzida ao idioma local;

d) A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro admite que a lei entre em vigor em momentos diferentes no território nacional, desde que isso leve em consideração as peculiaridades regionais e os impactos econômicos de suas disposições.

#### **31. Carlota, 15 anos de idade, reside com sua mãe e tem paternidade desconhecida. Nessas circunstâncias, sua incapacidade civil pode cessar:**

a) Pela concessão da mãe, sendo necessário o suprimento judicial da vontade do pai;

b) Pela concessão da mãe mediante escritura pública, sendo irrelevante a manifestação de vontade do pai;

c) Pela aprovação em concurso público;

d) Pelo casamento com Percival, seu noivo de 16 anos de idade, de quem está grávida.

#### **32. Assinale a alternativa correta:**

a) De acordo com o Código Civil, os analfabetos são pessoas relativamente incapazes;

b) As associações são pessoas jurídicas de direito privado e as fundações são pessoas jurídicas de direito público;

c) As fundações integram o segundo setor, e as associações, o terceiro;

d) A exclusão de integrante de associação só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto.

#### **33. Assinale a alternativa correta:**

a) O Código Civil admite que, em algumas circunstâncias, o silêncio importe anuência, podendo, nessas hipóteses, gerar efeitos jurídicos;

b) Os bens públicos dominicais podem ser usucapidos, mas não os bens de uso comum do povo e os de uso especial;

c) O credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, salvo se mais valiosa;

d) Uma pessoa pode ter mais de um domicílio, mas só pode ter uma residência.

**34. Assinale a alternativa correta:**

- a) A anotação indevida realizada por credor em cadastro de inadimplentes, nos casos em que o indivíduo tiver anterior registro nos órgãos de proteção ao crédito, não gera indenização por danos morais;
- b) O Superior Tribunal de Justiça não admite o dano moral presumido, aquele que opera *in re ipsa*;
- c) Meros dissabores da vida não geram dever de indenizar dano moral, tal qual a apresentação antecipada de cheque pré-datado quando há numerário suficiente em conta-corrente para compensá-lo;
- d) O dano moral compreende os danos estéticos, não sendo possível cumular pedidos referentes a ambos.

**35. Assinale a alternativa correta:**

- a) A competência é determinada no momento da citação do réu, instante em que há a perpetuação da competência (*perpetuatio jurisdictionis*);
- b) A decisão do juízo federal que exclui da relação processual ente federal não pode ser reexaminada no juízo estadual;
- c) Inovação trazida pelo novo Código de Processo Civil diz respeito à declaração de ofício da incompetência relativa. Pelo antigo código, apenas a incompetência absoluta deveria ser decretada de ofício; pelo novo, a incompetência relativa também deve ser decretada de ofício;
- d) A incompetência relativa não pode ser alegada pelo Ministério Público quando atuar como fiscal da lei (*custos legis*).

**36. Assinale a alternativa correta:**

- a) Capacidade processual é o gênero da qual são espécies a capacidade para ser parte, a capacidade para estar em juízo e a capacidade postulatória;
- b) No primeiro grau, a não intimação do Ministério Público em causa que verse sobre interesse de incapaz gera nulidade absoluta, que não pode ser sanada pela participação do Ministério Público na instância recursal;
- c) A União é representada em juízo pelo Ministério Público da União;
- d) Um cônjuge precisa da anuência do outro para ajuizar ação possessória.

**37. Assinale a alternativa correta:**

- a) Não apenas o autor e o réu, mas também o interveniente pode ser responsabilizado por litigância de má-fé, devendo indenizar as perdas e danos decorrentes de sua conduta processual;
- b) A gratuidade de justiça isenta a parte de indenizar os danos decorrentes de litigância de má-fé enquanto perdurar a hipossuficiência econômica;
- c) Sendo omissa a lei, o juiz poderá decidir por equidade;
- d) A alegação de impedimento do juízo deve ser levantada pela parte na primeira vez em que falar nos autos após sua verificação, sob pena de preclusão.

**38. Assinale a alternativa correta.**

- a) No processo civil, o Ministério Público tem a prerrogativa de ser intimado pessoalmente, além de ter prazo em dobro para falar nos autos;
- b) O interesse público secundário, por si só, justifica a necessidade de intervenção processual do Ministério Público. Assim, é necessária a intervenção do Ministério Público Federal nas execuções fiscais manejadas pela Procuradoria da Fazenda Nacional;
- c) Tratando-se de direito individual indisponível, o Ministério Público tem legitimidade para ajuizar demanda, mesmo que não haja repercussão difusa ou coletiva;
- d) O Superior Tribunal de Justiça não admite a formação de litisconsórcio entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual.

**39. Assinale a alternativa correta:**

- a) O novo Código de Processo Civil é a primeira lei brasileira a dispor expressamente sobre a prática eletrônica de atos processuais;
- b) A prática de atos no processo eletrônico pode ocorrer apenas em dias úteis, durante o horário de expediente forense, salvo quando envolver questões urgentes;
- c) Na contagem de prazo em dias, devem ser computados somente os dias úteis;
- d) O prazo de 30 dias para o juiz proferir sentença, estipulado pelo art. 226, III, do CPC, é prazo próprio, sendo contado a partir do momento em que os autos são remetidos para o gabinete do magistrado.

---

**40. Assinale a alternativa correta:**

- a) No procedimento comum, o relatório é elemento dispensável da sentença;
  - b) Depois da citação do réu, o autor não pode deduzir novas alegações;
  - c) Na sentença que o juiz decide, de ofício, acerca da existência de prescrição ou decadência, há resolução de mérito;
  - d) A situação existente no momento do ajuizamento da ação é a que deve orientar o juiz e as partes durante o decorrer do processo, sendo vedado que fatos novos influam no futuro julgamento.
-

## RASCUNHO PROVA DISSERTATIVA

**41. 1. Sobre o controle de constitucionalidade, sucintamente:**

- a) explique os tipos de inconstitucionalidades das normas;  
b) explique os tipos de controle de constitucionalidade repressivos no Brasil;  
c) esclareça os efeitos temporais das decisões do Supremo Tribunal Federal que declaram normas inconstitucionais; e  
d) cite e explique sucintamente cada uma das ações constitucionais de controle de constitucionalidade .

**Limite de linhas: 30 (linhas adicionais serão desconsideradas).**

[illegible]

**Na condição de membro do MPF, qual seria o recurso cabível para reformar a decisão? Qual seria o prazo para interposição deste recurso e das razões recursais? Seria possível pedir a reforma da decisão para condenar por gestão fraudulenta? Qual seria o fundamento jurídico? O instituto do *emendatio libelli* se aplicaria no caso? Fundamente.**

**Limite de linhas: 30 (linhas adicionais serão desconsideradas).**

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

1º PROCESSO SELETIVO PÚBLICO UNIFICADO DE 2017 PARA  
FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA DE ESTAGIÁRIOS DE  
NÍVEL SUPERIOR DO CURSO DE DIREITO.

**GABARITO**

|           |   |           |   |           |   |           |   |
|-----------|---|-----------|---|-----------|---|-----------|---|
| <b>1</b>  | B | <b>11</b> | C | <b>21</b> | C | <b>31</b> | D |
| <b>2</b>  | D | <b>12</b> | C | <b>22</b> | D | <b>32</b> | D |
| <b>3</b>  | A | <b>13</b> | A | <b>23</b> | C | <b>33</b> | A |
| <b>4</b>  | C | <b>14</b> | D | <b>24</b> | B | <b>34</b> | A |
| <b>5</b>  | A | <b>15</b> | C | <b>25</b> | A | <b>35</b> | B |
| <b>6</b>  | D | <b>16</b> | A | <b>26</b> | D | <b>36</b> | A |
| <b>7</b>  | C | <b>17</b> | B | <b>27</b> | B | <b>37</b> | A |
| <b>8</b>  | B | <b>18</b> | B | <b>28</b> | A | <b>38</b> | C |
| <b>9</b>  | B | <b>19</b> | D | <b>29</b> | B | <b>39</b> | C |
| <b>10</b> | A | <b>20</b> | A | <b>30</b> | B | <b>40</b> | C |